



**REQUERIMENTO Nº** \_\_\_\_\_ **, DE 2019**  
(Do Sr. JOSÉ MEDEIROS)

Requer, nos termos regimentais, realização de audiência pública nesta Comissão de Desenvolvimento Urbano – CDU, para debater as mudanças pretendidas pela ANEEL na regulação da Resolução 482/2012.

Senhor Presidente, nos termos do art. 24, inciso III, VII e do art. 32, inciso VII alíneas: *a* e *e*, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a Vossa Excelência, ouvido o Plenário dessa Comissão, que sejam convidados a comparecer em reunião de audiência pública, em data a ser agendada, as seguintes pessoas:

- André Pepitone, Diretor-Geral da ANEEL, tel (61) 2192-8600;
- Rodrigo Lopes Sauaia, Presidente Executivo da ABSOLAR, tel (11) 98271-0410 e (11) 98943-7068;
- Francisco Nelson Costa Tinoco, Engenheiro Civil, Vice-Presidente do Sindenergia/MT e sócio da Enerzee Power, tel (65) 98167-5888;
- Tiago Viana de Arruda, engenheiro civil, Representante da Oeste Solar Energia, tel (65) 99239-0123;
- Daniel Cunha, engenheiro mecânico, Representante da São José energia S.A, tel. (65) 99974-1010.
- Carlos Rocha, Diretor da Sindienergia/MT, tel (65) 99982-5920





## JUSTIFICAÇÃO

A resolução nº 482/2012 da ANEEL foi promulgada com o objetivo de estabelecer as condições gerais para o acesso de microgeração e minigeração distribuída aos sistemas de distribuição de energia elétrica e o sistema de compensação de energia elétrica.

Logo após sua promulgação, muitas empresas passaram a investir na geração de energia solar, o que fez com que esse setor crescesse nos últimos anos. Contudo, na última terça-feira 15/10, a ANEEL comunicou que pretende fazer uma revisão na Resolução 482/2012.

Dentre as mudanças pretendidas, a ANEEL sugere aperfeiçoamentos ao modelo do sistema de compensação de créditos, o que na prática significa um aumento na cobrança das tarifas de Energia.

Dessa forma, tendo em vista a preocupação de vários setores produtivos de energia solar e considerando a insegurança jurídica que uma mudança de regras no meio do jogo causa, requer seja realizada audiência pública com representantes dos setores envolvidos a fim de promover o debate e poder se chegar a uma solução viável para todos.

Assim, gostaria de solicitar apoio aos membros dessa Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU), para aprovação do presente Requerimento.

Sala da Comissão, em                      de outubro de 2019

Deputado Federal José Medeiros  
Podemos/MT

